

FUNDO DE APOIO E  
APARELHAMENTO DA  
DEFENSORIA PÚBLICA -  
**FAADEP**

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ**



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

## Sumário

<b>1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional.....</b>	<b>3</b>
1.1. Descrição geral .....	3
1.2. Missão e Finalidade .....	3
1.3. Competência .....	4
1.4. Estrutura organizacional.....	4
<b>2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades .....</b>	<b>5</b>
2.1. Metodologia.....	5
2.2. Plano de Atuação .....	7
2.4. Estratégias .....	9
2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores .....	11
<b>3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infra-estrutura e quadro de pessoal .....</b>	<b>19</b>
3.1. Fontes .....	19
<b>4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados.....</b>	<b>22</b>
4.1. Execução dos programas de governo .....	22
4.2. Execução dos projetos e atividades .....	22
<b>5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações .....</b>	<b>24</b>
5.1. Indicadores de Gestão .....	24
5.2. Indicadores de Desempenho .....	28
<b>6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.....</b>	<b>30</b>
<b>7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;.....</b>	<b>30</b>
<b>9. Conclusão .....</b>	<b>30</b>
<b>10. Bibliografia.....</b>	<b>32</b>



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

## 1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

### 1.1. Descrição geral

A criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP adveio por meio da Lei nº 13.180/2001 com o escopo de destinar os recursos para apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Instituição.

A Lei nº 15.490/2013 alterou o art. 2º da mencionada legislação dispondo o que se compreende como “programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”:

“o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.” (NR)

Importante registrar ainda, que a citada Lei 15.490/2013 além de redefinir o “programa de trabalho”, também acrescentou, como fonte de receita, os 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelo Serviços Notariais e de Registros.

Assim, após a nova fonte de receita e tendo em vista a necessidade de gerir também a nova fonte de receita, foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF).

### 1.2. Missão e Finalidade

Os recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.

### **1.3. Competência**

Conforme o artigo 1º e 2º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho por ela desenvolvidos ou coordenados.

Consoante já mencionado, compreende-se como programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.

### **1.4. Estrutura organizacional**

Em 2014 foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF)

O art. 4º da Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, alterada pela IN nº 11/2015, publicada no DOE nº 040, em março de 2015, estabelece que o **COGAOF** (Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro) será composto pelos seguintes membros: I – Secretário Executivo; II – Assessor de Planejamento e Controle; III – Assessor de Desenvolvimento Institucional; IV – Assessor de Projetos; V – Coordenador Administrativo Financeiro.

O §1º do mesmo dispositivo do referido diploma legal (IN nº 09/2014) define que o COGAOF será coordenado pelo Secretário Executivo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.



---

## 2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

### 2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- **Usuário e Sociedade** (perspectiva dos clientes): está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

- **Estruturante** (perspectiva dos processos internos): relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

- **Desenvolvimento Institucional** (perspectiva do aprendizado e crescimento): consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

- **Orçamentária (perspectiva financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.

## Fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

## **2.2. Plano de Atuação**

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (esta definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensoria Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado

### **2.3. Identidade Organizacional**

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- | Missão: é, em essência, o propósito da organização;
- | Visão: é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- | Valores: são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

<b>MISSÃO</b> (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
<b>VISÃO</b> (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
<b>VALORES</b> (art. 4º, RI DPGE)	<p><b>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade:</b> obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p><b>Eficiência e Eficácia:</b> prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p><b>Transparência e Publicidade:</b> praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p><b>Cooperação:</b> trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p><b>Ética:</b> agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p><b>Responsabilidade Socioambiental:</b> adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p><b>Inovação:</b> permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p><b>Modernização:</b> adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

## 2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2020-2021 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

Houve, em relação aos planejamentos anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada. Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas. Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2020-2021:







DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

## 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 48 (quarenta e oito) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2020-2021

N.	Projeto	Resp.	Ind	Meta	Estratégia	% Exec.
1	Aperfeiçoamento da gestão de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Aperfeiçoamento do Sistema de Folha de Pagamento	ES3 OR2 DI2	0%
2	Continuar a política e institucionalizar o Orçamento Participativo	ARINS	ICO	Envio de minuta de lei com aprovação pela Assembleia tornando obrigatória a prática	OR2 US2	0%
3	Concluir processo de isonomia plena	DPGE	ICO	Envio de projeto de Lei	US1 OR1	0%
4	Aperfeiçoar a Governança e Gestão de TI	COTIN	IEC	Implantar nova Metodologia de Governança de TI	ES3	86%
5	Continuar o exercício da capacidade judiciária	ASJUR	IPE	Elaboração e protocolo de peças	ES1	77%





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

				processuais de defesa da Instituição		
6	Aumentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar projetos voltados à arrecadação	OR3	86%
7	Implantar o Estágio de Pós Graduação (Residência Jurídica)	ESDP	ICO	Edital de oferta de vagas	US1	0%
8	Buscar o exercício e a remuneração da atividade cumulativa	DPGE	ICO	Envio de projeto de Lei à Assembleia Legislativa	US1 DI1 OR2	0%
9	Aperfeiçoar o Parque tecnológico da Defensoria Pública	COTIN	IEC	Disponibilizar equipamentos de TI à Defensoria Pública	ES3	60%
10	Efetuar a revisão da Lei Orgânica	DPGE	ICO	Envio de Lei à Assembleia Legislativa	DI1 US1 ES1	100%
11	Continuar e aperfeiçoar a participação do Fórum Justiça com o escopo de melhor contribuir na democratização do Sistema de Justiça	ARINS	ICO	Inclusão da Defensoria Pública na coordenação do Fórum Justiça	US2 US3	0%
12	Implantar a Plataforma EAD	ESDP	IPE	Capacitação Defensores, Estagiários e Colaboradores	DI2	22%
13	Ampliar e otimizar a cobrança dos cartórios	SEXEC	IEC	Aperfeiçoamento de fluxos, peças e aprimoramento de sistema e Implantação de projetos de arrecadação	OR3	17%
14	Criar o CDI Regionalizado	DPGE	ICO	Destinação de cargos	ES2	0%
15	Realização do Projeto Defensores Populares	ESDP	IPE	Planejamento e execução do projeto	US2	50%
16	Implantação do Novo Data Center	COTIN	IEC	Aquisição de servidores, sistemas e infraestrutura física	ES3	60%
17	Fortalecer a Controladoria Interna	DPGE	IEC	Criar cargo específico e ampliar estrutura, pessoal	US3	60%
18	Fortalecer o setor de cobrança de honorários advocatícios	ASPLAC	IPE	Ampliar pessoal, elaborar peça e desenvolver e implantar soluções tecnológicas, inclusive com RPA e inteligência artificial	OR3	98%
19	Elaborar projeto e executar obra para futuras instalações da nova Central de Atendimento da Defensoria	ASPLAC	IEC	Elaboração de projetos e iniciar execução da obra	US1	0%
20	Fortalecer a ASCOM	DPGE	IEC	Ampliação de pessoal e estrutura	DI3 US3	67%
21	Disponibilizar solução de gestão de processos na Defensoria Pública	ADINS	IEC	Modelar e virtualizar os principais processos administrativos	ES3	25%
22	Fortalecer a Ouvidoria Externa	DPGE	IEC	Envio de projeto de Lei à AL	US2 US1 US3	50%
23	Fortalecer a atuação nos Tribunais Superiores	DPGE	IEC	Ampliar pessoal e destinar cargo	DI1 US1	100%
24	Manter a Posse Popular	ARINS	IPE	Realizar a posse popular de acordo	US2 US1	41%



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

				com o ingresso de cada concursado aos quadros da Instituição		
25	Implantação de novos sistemas de comunicação telefônica	COTIN	IEC	Implantação da telefonia VOIP	ES3 OR1	60%
26	Ampliar o processo de desoneração do FAADep	DPGE	IEC	Inclusão na proposta de Lei Orçamentária Anual de mais verbas destinados ao custeio	OR3	100%
27	Melhoria administrativa na gestão de pessoas	ESDP	IEC	Planejamento e cursos e capacitação na área administrativa	DI2	33%
28	Melhoria de disponibilidade de internet (WIFI)	COTIN	IEC	Melhorar o alcance e a segurança da WiFi	ES3 ES2	60%
29	Ampliar o orçamento defensorial	DPGE	ICO	Envio da PLOA 2021 com recursos superiores a LOA 2020	OR2	100%
30	Construção de um Novo Núcleo Defensorial no Bairro João XXIII	ASPLAC	IPE	Elaboração de projetos e execução da obra	US1	55%
31	Aperfeiçoamento do Banco de Petições e Teses	ESDP	IEC	Organização de petições e teses por área de atuação em uma plataforma defensorial	US1 DI3	100%
32	Atualização da legislação da Corregedoria	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	US1	0%
33	Fortalecer o estágio defensorial	NUEST	IPE	Aumento do número de estagiários e capacitação	US1	0%
34	Manter a atualização do Auxílio Alimentação	DPGE	ICO	IN de aumento	OR2	100%
35	Continuar a dar ampla divulgação das deliberações e decisões do CONSUP, bem como virtualizar todos os processos, buscando a aproximação do(a) Defensor(a)	ASPLAC	IEC	Publicidade dos atos	US3 ES3	20%
36	Buscar e acompanhar a divulgação de projetos emblemáticos a fim de valorizar a atuação do(a) Defensor(a)	ASPLAC	IEC	Acompanhamento de atuações estratégicas e/ou projetos nos diversos órgãos defensoriais	DI2 US1	0%
37	Desenvolver soluções tecnológicas para otimização das atividades da Defensoria	COTIN	IEC	Implantar novas soluções tecnológicas na Defensoria	ES3	77%
38	Ampliar a defesa das prerrogativas dos Defensores Públicos	SEXEC	IEC	Implementação da comissão de prerrogativas	US1	0%
39	Promover e facilitar a interlocução entre os Defensores Públicos	CDC/CDI	IPE	Promoção de 10 Encontros de Facilitação	DI3	100%
40	Continuar e ampliar a realização de plenárias para discutir temas Institucionais	DPGE	IPE	Promoção de Plenárias, sendo o mínimo de 1 por ano	DI3	100%
41	Buscar a nomeação de mais Defensores Públicos, fortalecendo a atuação defensorial	DPGE	IPE	Nomeação dos últimos candidatos aprovados no concurso	DI1 ES2	75%
42	Criar Forças Tarefas de Apoio aos Defensores públicos da Capital e Interior	CDC/CDI	IPE	Criação de 04 Forças Tarefas	US1	100%
43	Aprimorar o atendimento itinerante da Defensoria Pública na Capital e no Interior	ARINS	IPE	Realização de 10 ações por ano	DI1	10%



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

44	Garantir a defesa da ofendida no Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Juazeiro do Norte	DPGE	ICO	Atuação de Defensor(a) Público(a)	DI1	0%
45	Fortalecer a política de comunicação	ASCOM	IEC	Fortalecimento da comunicação interna e externa	DI3 US3	100%
46	Elaboração de Novo Concurso Público para Defensores Públicos	DPGE	ICO	Abertura de Edital	DI3	0%
47	Expansão, reformas e aparelhamento de sedes defensoriais	ASPLAC	IEC	Providenciar aluguéis, reformas e aparelhamento de sedes	ES2 US1	38%
48	Alterar a Lei do Plantão para a atuação defensorial nos feriados	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	DI1	0%
<b>Percentual médio de execução</b>						<b>46%</b>

Fonte: Planejamento Estratégico 2020-2021 e DASHBOARD de Dezembro de 2020

**SIGLAS:**

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

NUEST - Núcleo de Estágio

ICO - Índice de Conclusão Objetiva

IEC - Índice de Etapa Concluída

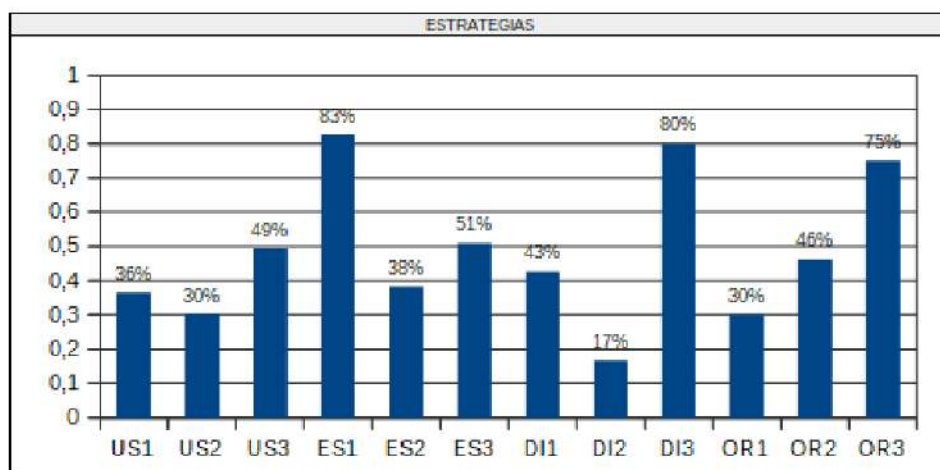
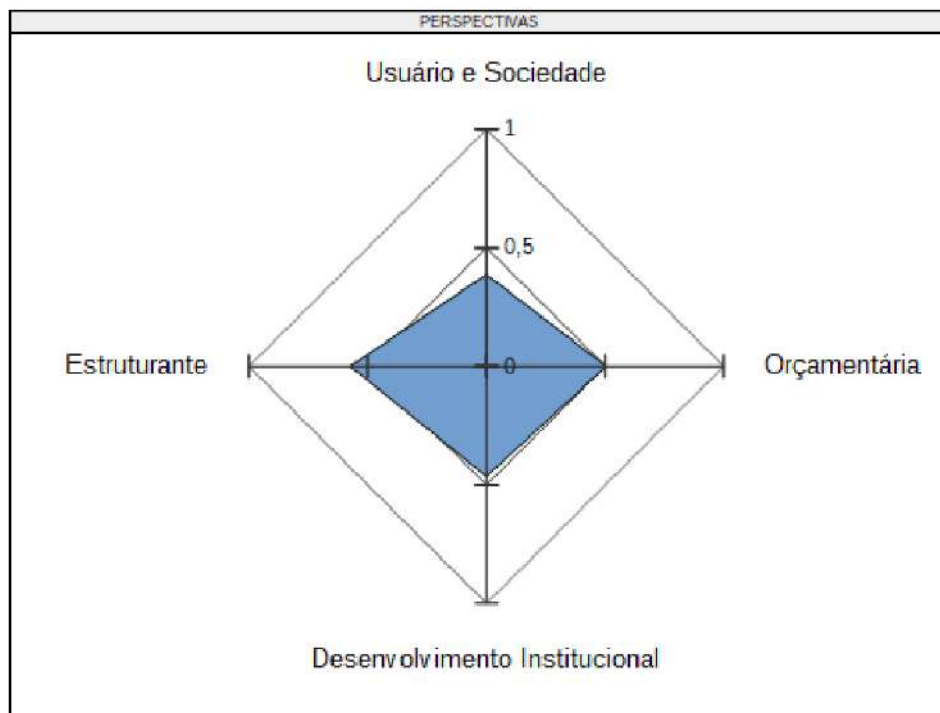
IPE - Índice Percentual





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do *BalancedScoreCard* (BSC):





### 2.3. Orçamento Participativo

O art. 4º da PLDO estabelece que a elaboração da Lei Orçamentária Anual, bem como sua execução, serão pautadas na premissa da participação cidadã, prevista no Plano Plurianual 2020-2023.

Diante disso, no ano de 2020, com o intuito de aproximar-se cada vez mais da sociedade civil, estimular a consciência cidadã, a educação em direitos, ampliar os processos democráticos no sistema de justiça, bem como identificar e priorizar ações que traduzam o anseio da população, proporcionando melhor qualidade e eficiência nos seus serviços, em atuação pioneira, a Defensoria Pública realizou, em parte, o V Orçamento Participativo da Instituição, abrindo o Planejamento de 2021 aos seus assistidos.

A construção do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado do Ceará obteve ampla participação popular, notadamente em consulta pública disponibilizada no site da instituição, contando com 1715 respostas, sendo 1564 propostas. A fase seguinte a essa consulta, seriam as audiências públicas, no entanto, por ocasião da pandemia, apenas a audiência da Região do Sertão de Sobral (litoral leste, serra da Ibiapaba, litoral norte) que teve a presença de cerca de 50 lideranças sociedade civil e órgãos do poder público local.

Importante frisar que as propostas elencadas em consulta pública foram condensadas em um formulário com 18 propostas a serem discutidas com a população, mesmo que de forma virtual, em enquetes nas redes sociais da Defensoria Pública do Estado do Ceará reforçando a imprescindibilidade da participação política, proporcionando uma compreensão mais efetiva das necessidades da ampla parcela da população que depende dos serviços da Defensoria Pública para ter acesso ao Judiciário e a outros mecanismos de promoção de acesso à Justiça.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ



INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME:
MUNICÍPIO DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:
ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO/COMUNIDADE:
ENDEREÇO:
E-MAIL:
TELEFONE:
CPF:

**Regras de Preenchimento do Formulário**

Leia com atenção as políticas abaixo desenvolvidas pela Defensoria Pública e avalie se elas são  **muito importantes**, **importantes** ou se **não são importantes** para a sua vida. Caso não saiba opinar, marque um X na quarta opção.

PROPOSTA	MUITO IMPORTANTE	IMPORTANTE	NÃO É IMPORTANTE	NÃO SEI OPINAR
1. Melhorar a infraestrutura de atendimento dos espaços da Defensoria, incluindo os núcleos descentralizados na capital e no interior do estado;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Realizar atendimento da Defensoria Pública em sede própria.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Implantar sistema moderno de relatório de atividades dos defensores e defensoras públicas, viabilizando o atendimento mais rápido ao(à) assistido(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Defensores(as) públicos(as) em todas as comarcas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Criar núcleos regionais especializados em execução penal e de atendimento ao preso provisório.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Implantação de terceiro turno (de 17:00 às 21:00) para atendimento inicial e garantir o acesso à justiça para pessoas que trabalham no expediente comercial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Criar núcleo especializado para tratar de questões de conflito fundiário, no campo, nas florestas e nas águas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Implantar mais núcleos descentralizados da Defensoria nos bairros da periferia de Fortaleza.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Garantir contratação de equipe multidisciplinar nos espaços de atendimento da DPGE/CE.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10. Implantar o programa de residência jurídica.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11. Fortalecer e divulgar os serviços e as campanhas promovidas pela Defensoria Pública nos equipamentos públicos do Estado do Ceará.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12. Realizar campanha e ações para facilitar o registro de nascimento (inclusive o tardio).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13. Criar plataforma de educação em direitos em mídias digitais e redes sociais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Vale salientar que a Defensoria Pública do Ceará é a primeira Instituição do Sistema de Justiça Cearense a abrir suas portas para a construção coletiva de suas políticas e ações. O orçamento anual da Instituição representa uma importante ferramenta para a concretização desta política participativa, quando aos cidadãos é dada a prerrogativa de participar de maneira efetiva das destinações das metas e ações.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

Dessa forma, quando da elaboração da PLOA, foram consolidadas as demandas trazidas pela população cearense durante a realização do Orçamento Participativo (Assinalado nas planilhas como OP), através das seguintes ações:

- 1) Implantação do Sistema de Atendimento ao Cidadão;
- 2) Nomeação de mais defensores públicos;
- 3) Fortalecimento do Núcleo do Idoso;
- 4) Fortalecimento do Núcleo de Defesa da Mulher no Juizado da Violência Doméstica de Juazeiro do Norte;
- 5) Fortalecimento do Núcleo de Habitação e Moradia;
- 6) Fortalecimento da Escola Superior e Implementação do Projeto Defensores Populares;
- 7) Criação do Núcleo de Atendimento da Defensoria no Grande Bom Jardim em Fortaleza;
- 8) Implementação do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas nas Macrorregiões do Cariri e do Sertão de Sobral.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

### 3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infra-estrutura e quadro de pessoal

#### 3.1. Fontes

A fonte existente no orçamento de 2020 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

**a) 70 – Recursos Diretamente Arrecadados:** Responsável pelas despesas de custeio e alguns investimentos;

Os recursos do FAADEP são oriundos de 12% do FERMOJU e pelos 5% do EMOLUMENTOS, previstos no art. 3º, da Lei 12.642, de 4 de dezembro de 1996, e Lei 14.247, de 19 de novembro de 2008 e pela Lei nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, estabelece a forma de repasse de 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registros, a ser recolhido pelos respectivos Delegatários dos Serviços Notariais e Registrais ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

O FERMOJU (Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará) é um órgão do Poder Judiciário criado por Lei. Suas ações são amparadas por Lei e Normas Administrativas. Através do recolhimento das taxas, o FERMOJU promove a Modernização e o Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder. (Fonte: <http://www.tjce.jus.br/fermoju/o-que-e-fermoju/> em 29/05/2017 às 10:31)

Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma obrigação pecuniária a ser paga pelo próprio requerente. (Fonte: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/997/Emolumentos> em 29/05/2017 às 10:33)

Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

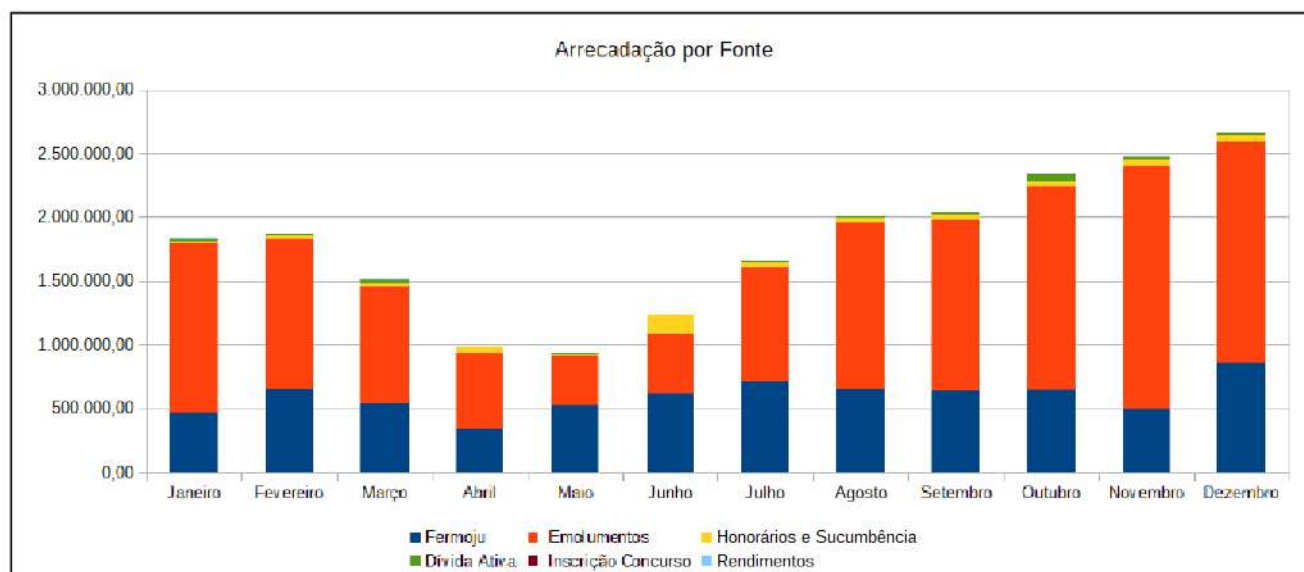
Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
2.70.00	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	25.144.250,00	25.144.250,00	20.246.722,82	80,52
<b>Total</b>		<b>25.144.250,00</b>	<b>25.144.250,00</b>	<b>20.246.722,82</b>	<b>80,52</b>

Fonte [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20210601144320\[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20210601144320[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r].PDF) em 01/06/2021 às 14:43



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

Os recursos orçamentários do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADEP, constarão no orçamento geral do Estado do Ceará. O Fundo contribuiu com o valor de R\$ 21.541.115,30, sendo R\$ 7.132.114,42 referentes ao FERMOJU, R\$ 13.650.280,00 referente aos EMOLUMENTOS, R\$ 519.186,88 referente aos HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, R\$ 201.395,51 referente a DÍVIDA ATIVA e R\$ 38.138,49 referente a REDIMENTOS.



Fonte: Gerência Financeira DPGE em 14/01/2021





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

Tabela 3 – ARRECADAÇÃO MENSAL FAADEP (FERMOJU, EMOLUMENTO, HONORÁRIOS e SUCUMBÊNCIA, OUTRAS RECEITAS E RENDIMENTOS)

Fonte por mês	Fermoju	Emolumentos	Honorários e Sucumbência	Dívida Ativa	Inscrição Concurso	Rendimentos	Total
Janeiro	462.078,96	1.331.810,09	14.902,85	14.130,08	0,00	8.252,13	<b>1.831.174,11</b>
Fevereiro	652.621,57	1.173.456,08	27.712,03	7.541,13	0,00	7.724,73	<b>1.869.055,54</b>
Março	540.570,53	923.116,24	14.859,03	30.826,02	0,00	8.063,62	<b>1.517.435,44</b>
Abril	337.817,21	590.403,56	51.315,21	930,64	0,00	4.783,17	<b>985.249,79</b>
Maio	526.818,68	382.270,79	12.033,15	7.431,63	0,00	3.021,47	<b>931.575,72</b>
Junho	619.557,87	463.701,29	144.126,07	4.315,81	0,00	1.800,29	<b>1.233.501,33</b>
Julho	709.963,10	899.216,40	43.323,86	5.209,18	0,00	1.085,14	<b>1.658.797,68</b>
Agosto	655.302,65	1.299.137,00	37.464,02	12.738,50	0,00	622,50	<b>2.005.264,67</b>
Setembro	636.593,41	1.336.465,02	46.549,64	10.236,33	0,00	567,68	<b>2.030.412,08</b>
Outubro	644.499,70	1.599.171,54	36.103,88	59.997,10	0,00	801,22	<b>2.340.573,44</b>
Novembro	495.291,18	1.908.784,88	43.991,71	24.545,92	0,00	827,03	<b>2.473.440,72</b>
Dezembro	850.999,56	1.742.747,11	46.805,43	23.493,17	0,00	589,51	<b>2.664.634,78</b>
<b>Total:</b>	<b>7.132.114,42</b>	<b>13.650.280,00</b>	<b>519.186,88</b>	<b>201.395,51</b>	<b>0,00</b>	<b>38.138,49</b>	<b>21.541.115,30</b>

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 14/01/2021



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

#### 4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

##### 4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 4 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	21.772.171,00	18.249.435,62	83,82
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	3.372.079,00	1.997.287,20	59,23
<b>TOTAL</b>		<b>25.144.250,00</b>	<b>20.246.722,82</b>	<b>80,52</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20210601162931\[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20210601162931[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r].PDF) em 01/06/2021 às 16:29

Tabela 5 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Pago (P)	% P/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	21.772.171,00	17.818.987,59	81,84
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	3.372.079,00	1.709.882,37	50,71
<b>TOTAL</b>		<b>25.144.250,00</b>	<b>19.528.869,96</b>	<b>77,67</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20210601162931\[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20210601162931[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r].PDF) em 01/06/2021 às 16:29

##### 4.2. Execução dos projetos e atividades

O detalhamento da despesa em questão, em nível de elemento de despesa, projeto atividade e projeto de investimento, encontra-se nos quadros abaixo.

#### 211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	21.324.897,00	17.927.372,90	84,07
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	447.274,00	322.062,72	72,01
<b>TOTAL</b>			<b>21.772.171,00</b>	<b>18.249.435,62</b>	<b>83,82</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20210601170747\[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20210601170747[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r].PDF) em 01/06/2021 às 17:07



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

Tabela 9 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Pago (P)	% P/L
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	21.324.897,00	17.648.310,15	82,76
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	447.274,00	170.677,44	38,16
<b>TOTAL</b>			<b>21.772.171,00</b>	<b>17.818.987,59</b>	<b>81,84</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20210601170747\[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20210601170747[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r].PDF) em 01/06/2021 às 17:07

### 511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 10 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	2.822.571,00	1.625.135,54	57,58
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	549.508,00	372.151,66	67,72
<b>TOTAL</b>			<b>3.372.079,00</b>	<b>1.997.287,20</b>	<b>59,23</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20210601170747\[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20210601170747[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r].PDF) em 01/06/2021 às 17:07

Tabela 11 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Pago (P)	% P/L
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	2.822.571,00	1.625.135,54	57,58
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	549.508,00	84.746,83	15,42
<b>TOTAL</b>			<b>3.372.079,00</b>	<b>1.709.882,37</b>	<b>50,71</b>

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20210601170747\[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20210601170747[jwwhozyrm33opa2vmuhvab0r].PDF) em 01/06/2021 às 17:07





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

## 5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

### Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

#### 5.1. Indicadores de Gestão

##### QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS



Tabela 14 – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
Quant.	311	316	315	314	314	312	313	313	313	311	314	308	312

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 09/06/2021. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro à Dezembro de 2020.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

Tabela 15 – GESTÃO POR RESULTADOS

Atividade	Núcleo	Fonte(s)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PROCEDIMENTOS	CAPITAL + INTERIOR	NOSSA DEFENSORIA, SIC, SIRDP, SOLAR	540.708	530.635	682.799	738.278	780.234	757.065	634.526
ACOLHIMENTOS	2º GRAU	CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	1.561
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	242
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	96	545
ACOLHIMENTOS	ALÓ DEFENSORIA	SOLAR, OUTROS, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	19.449	17.523	18.562	14.864	8.315	10.490	15.913
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	626
ACOLHIMENTOS	ARACATI	SGA, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	1.920	-	-	1.420
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	SGA, NOSSA DEFENSORIA	56	-	-	-	-	-	264
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	53
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	SGA, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	52
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	11.265	-	15.965	19.985	19.872	15.334	7.750
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	12.781	15.345	17.926	17.324	5.505
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	1.912
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	SGA	-	-	-	-	-	6	-
ACOLHIMENTOS	CRATO	CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	6.025
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	23	161	565	11.897
ACOLHIMENTOS	DEFENSORIA EM MOVIMENTO	OUTROS	-	-	-	-	-	1.143	-
ACOLHIMENTOS	DONA DEDEÉ	DONA DEDEÉ	-	-	-	-	-	-	16.092
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	34.441	43.080	41.217	39.784	11.645
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PÚBLICA	CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	2.637
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	45
ACOLHIMENTOS	IDOSO	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	7.388	7.770	2.148
ACOLHIMENTOS	IGUATU	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	882
ACOLHIMENTOS	IPU	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	192
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	736	6.560	6.541	7.844
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	3.666	2.826	1.729	226	-	3.562	6.932
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	849
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	908	7.620	10.084	2.667
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	SGA, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	1.443	399
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	45
ACOLHIMENTOS	MUCURIPE	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	216	1.358
ACOLHIMENTOS	NADIJ	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	776	1.459	1.559	2.613
ACOLHIMENTOS	NÃO INFORMADO	CDC/CDI, SGA	-	-	-	-	-	-	12.715
ACOLHIMENTOS	NAPI	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	37.544	41.424	63.658	74.595	47.834	41.621	13.540
ACOLHIMENTOS	NDHAC	CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	1.525
ACOLHIMENTOS	NUAJA	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	1.043
ACOLHIMENTOS	NUAPP	CDC/CDI, SIC	-	-	-	-	-	-	2.623
ACOLHIMENTOS	NUDECON	SGA	-	-	-	-	3.449	3.567	-
ACOLHIMENTOS	NUDEM	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	3.983	-	-	3.005
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SGA, SIC	-	-	-	14.476	15.625	16.519	32.189
ACOLHIMENTOS	NUDESA	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	10.985	11.362	21.702
ACOLHIMENTOS	NUDESA - NAIS	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	9.350	7.485
ACOLHIMENTOS	NUHAM	CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	137
ACOLHIMENTOS	NURDP	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	6.086	4.502	2.406
ACOLHIMENTOS	NUSOL	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	5.015	3.867	3.949
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	SOLAR	-	-	-	-	-	-	663
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	OUVIDORIA, SGA	-	-	-	-	-	1.946	2.831
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	SGA	-	-	2.428	1.968	2.460	2.420	-



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

ACOLHIMENTOS	PACATUBA	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	53
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	OUTROS, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	2.002	27.206
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	891
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	194
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	325
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	SGA, CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	120	806	-	3	-	16.226	7.844
ACOLHIMENTOS	SOBRAL - LAÇOS DE FAMÍLIA	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	1.528
ACOLHIMENTOS	SOBRAL - NUSOL	NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	432
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	CDC/CDI, NOSSA DEFENSORIA	-	-	-	-	-	-	2.148
NPBD - Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			613.008	593.214	832.363	931.186	982.206	987.227	893.464
NPBI - Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)			2.206.828	2.135.570	2.996.506	3.352.269	3.535.541	3.554.017	3.216.470

Fontes: Relatórios anteriores no período de 2014 à 2019, em 2020 dados obtidos através do METABASE (*Business Intelligence*) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 09/06/2021

Tabela 16 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	613.008,00	593.214,00	832.363,00	931.186,00	982.206,00	987.227,00	893.464,00
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD*3,6)	2.206.828,80	2.135.570,40	2.996.506,80	3.352.269,60	3.535.941,60	3.554.017,20	3.216.470,40
Média Mensal de Atendimentos	51.084,00	49.434,50	69.363,58	77.598,83	81.850,50	82.268,92	74.455,33
Quantidade de Defensores na Atividade-Fim	244,42	250,17	273,83	281,00	281,06	288,92	312,83
Produtividade Média Mensal dos Defensores	209,00	197,61	253,31	276,15	291,20	284,76	238,00
Valor Total Empenhado da Fonte Recursos Ordinários	102.372.858,16	109.216.099,32	115.941.406,65	132.199.626,52	149.947.343,54	165.055.002,93	179.793.512,21
Custo Médio do Atendimento	167,00	184,11	139,29	141,97	162,66	167,19	201,23
População Estimada	8.814.043,00	8.904.459,00	8.963.663,00	9.022.867,00	9.062.071,00	9.132.858,00	9.187.886,00
Habitantes por Defensor	36.061,55	35.594,11	32.734,01	32.109,85	32.310,96	31.610,70	29.369,91

Fontes:

- (1) METABASE (*Business Intelligence*) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;
- (2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: (NPBD/Quant Defensores)/12);
- (4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06;
- (5) Habitantes por Defensor público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: (NPBD)/12);
- (7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);



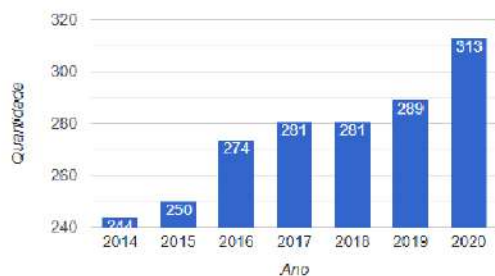


## DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

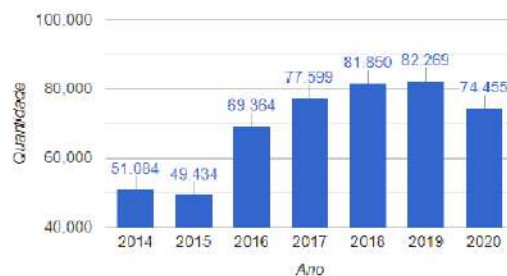
### PROCEDIMENTOS POR ANO



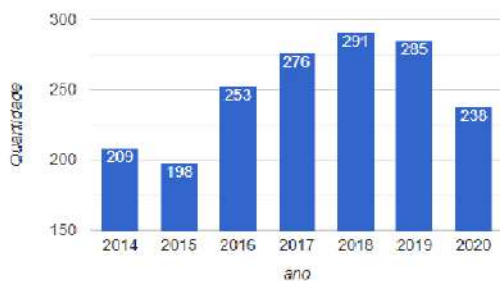
### MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA-FIM



### MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



### PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



### CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



### VALOR EMPENHADO





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

## 5.2. Indicadores de Desempenho

### Indicadores de Eficiência

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos como as iniciativas prioritárias constantes no PPA 2020-2023, são elas:

### **511.1.03 – Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita**

#### **Produto: Profissional Capacitado**

Execução Física:

Programado	Jan-Mar	Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Dez
2	0	0	2	2

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20102 - Promoção da Melhoria Contínua na Prestação dos Serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	599.508,00	549.508,00	372.151,66	84.746,83	67,72	15,42
<b>Total:</b>	<b>599.508,00</b>	<b>549.508,00</b>	<b>372.151,66</b>	<b>84.746,83</b>	<b>67,72</b>	<b>15,42</b>

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Realizado 2020 (A)	Investimento 2020 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	2	84.746,83	42.373,41



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

### Indicadores de Eficácia

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2010).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 19 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Programado 2020 (A)	Realizado 2020 (B)	I (B/A)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	2	2	1,00

### Indicadores de Economicidade

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2010).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 20 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	R\$ / Unid. Entregues 2019 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2020 (I)	% Indic. (I/Ia)
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	0	42.373,41	0

No ano de 2019 o PPA vigente era o PPA 2016-2019, tendo Programas e Iniciativas diferentes, com isso não é possível a mensuração do Indicador de Economicidade para o ano de 2020.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

**6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.**

No exercício de 2020 o FAADEP não possuiu projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados.

**7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;**

Para o exercício de 2020 a Defensoria Pública do Estado do Ceará não possui transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 31/05/2021.

**8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;**

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu, no exercício de 2020, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 31/05/2021.

## 9. Conclusão

Uma Instituição que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores uma plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e um referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e da eficácia no atendimento de sua missão constitucional, tem exigido da Defensoria Pública do Estado do Ceará a capacidade de pôr em prática mudanças contínuas e um planejamento de ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão hipossuficiente.

Em 2020, a despeito de toda uma conjuntura pandêmica que impôs uma série de restrições, a Defensoria Pública procurou trabalhar seu planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil (com a realização do V Orçamento Participativo) o que tem lhe propiciado plena visibilidade e a responsabilização efetivamente democrática de sua atual gestão.

Definiu suas diretrizes, objetivos e metas para atender as demandas da Instituição e no processo participativo, mais do que nunca, é importante o envolvimento de todos nas



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

decisões, execuções e acompanhamento das ações a serem empreendidas, a fim de se evitar que o planejamento seja encarado apenas como cumprimento de uma mera formalidade administrativa.

Conforme podemos observar na Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2020-2021, a Defensoria conseguiu atingir uma média de execução de 46% dos projetos planejados no Planejamento Estratégico 2020-2021.

Em 2020 cerca de mais de 893.464 pessoas foram beneficiadas, conforme Tabela 15 – GESTÃO POR RESULTADOS. Esse número, mesmo tendo sido menor que em 2019, foi fruto de um grande esforço da administração da defensoria em implementar novos meios de atendimento da população, seja pelo aumento do número de linhas telefônicas, seja pela implementação de novos sistemas virtuais de atendimento. A pandemia nos trouxe imensos desafios que, continuamente, vão sendo superados para que a garantia do acesso à justiça seja ampliada.

Na tabela 16 podemos observar que em 2019 haviam cerca de 31.617,70 habitantes por defensor, observando-se uma diminuição no número da população por defensor em 2020 este número chegou a 29.369,91 habitantes por defensor. Ou seja, mais defensores o que significa melhores serviços prestados.

A sociedade continuamente passa a exigir mais e melhores serviços, respeito à cidadania, transparência, moralidade e efetividade no uso dos recursos públicos e a Defensoria Pública tem buscado ser ágil na resposta aos anseios da população carente do nosso Estado e no cumprimento de sua importante missão institucional.

Integração com a sociedade, buscando desenvolver ações conjuntas com os diversos segmentos da comunidade, objetivando garantir, defender e ficar alerta quanto aos direitos de cidadania e dignidade do ser humano, tem sido uma das principais metas da DPGE, nos últimos anos. Sem descuidar, é claro, da adoção de uma postura receptiva e participativa entre membros da Defensoria Pública e segmentos da sociedade, visando o fortalecimento de sua imagem institucional.

Cumprir com celeridade, transparência e eficácia as atribuições que lhe são conferidas por lei, buscando a consolidação da cidadania e defesa do interesse dos mais necessitados, tem sido incessantemente buscado pela atual administração da Defensoria.

Com respaldo nos atuais investimentos busca-se atuar, com efetiva prioridade, nas áreas que representam demandas advindas de nossa realidade local, tais como: a proteção aos direitos do consumidor, a saúde, a educação, a infância e Juventude, ao Idoso, a mulher em situação de violência, às pessoas recolhidas ao cárcere, bem como desenvolver ações nas áreas criminal, cível e de família.





DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ

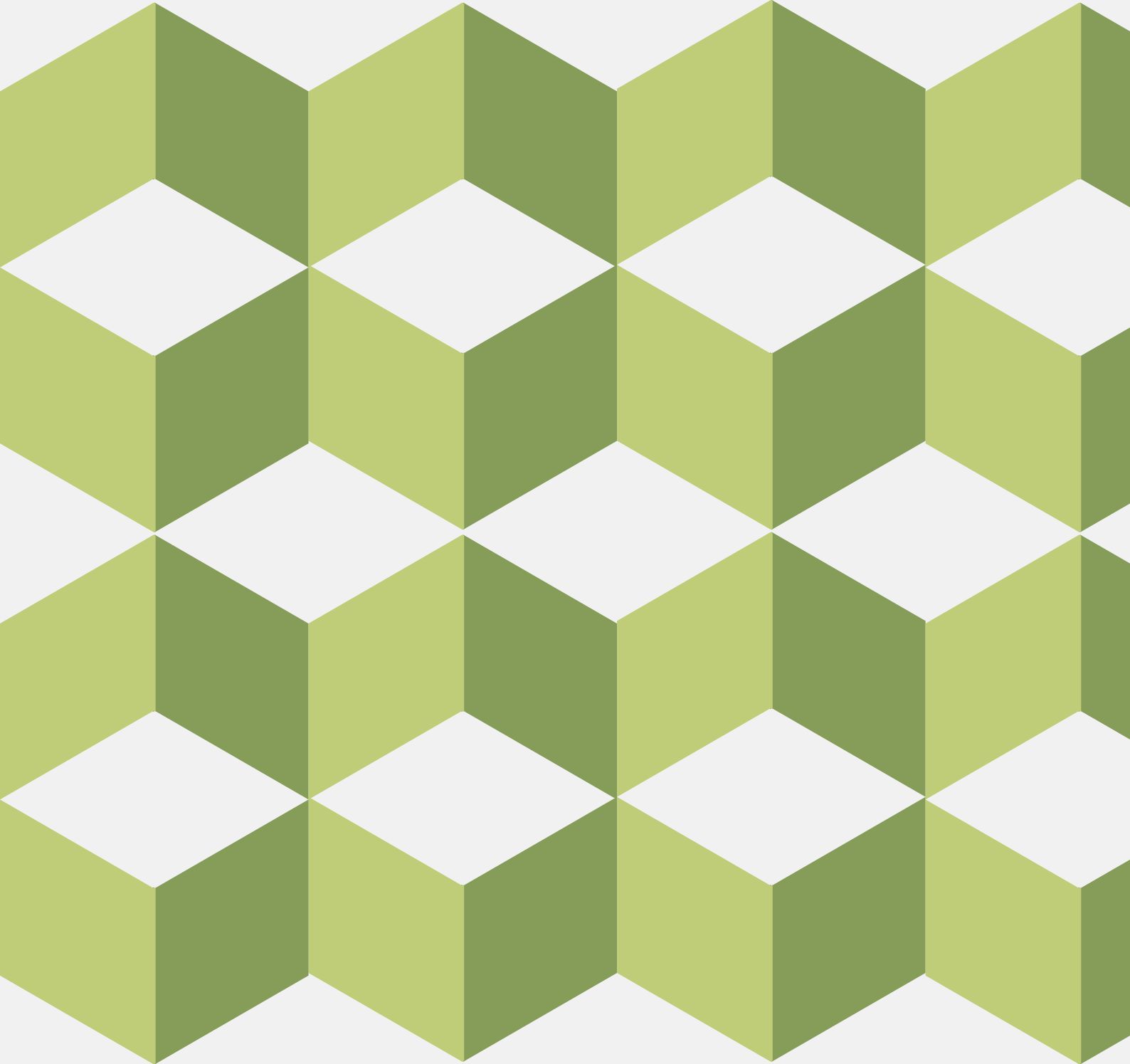
---

A partir da adoção de diretrizes estratégicas, desdobradas em objetivos, a Defensoria Pública Geral do Estado tem buscado de forma efetiva o cumprimento de sua missão constitucional, sendo certo que a consecução de tais fins já se fazem sentir nas estatísticas decorrentes do trabalho por esta desenvolvido em prol da população mais carente do Ceará.

## 10. Bibliografia

- DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2021. Fortaleza. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Geral-de-Atua---o-2020-2021.pdf>
- 
- MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Março/2010. Download em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324\\_indicadores\\_programas-guia\\_metodologico.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf) no dia 02/05/2016 às 10:13;
- TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – Nº3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.





**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL  
DO ESTADO DO CEARÁ**